

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

**Estudo Técnico Preliminar 2/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: PROAD 6490/2025

**2. Descrição da necessidade**

**2.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo apresentar solução para criação, manutenção e revitalização de áreas ajardinadas, canteiros, vasos ornamentais e demais espaços verdes de imóveis e unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

**2.2.** O Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região é responsável pela gestão de imóveis localizados na Capital e no interior do Estado de Alagoas que possuem áreas verdes e elementos vegetais integrados ao ambiente institucional, cuja preservação é essencial para a proteção do patrimônio público, a salubridade dos espaços e a adequada ambiência de trabalho e atendimento ao público.

**2.3.** A ausência ou insuficiência de atuação administrativa voltada à conservação dessas áreas pode acarretar degradação ambiental e paisagística, danos físicos aos imóveis, comprometimento de sistemas de drenagem e circulação, além de riscos à saúde e à segurança decorrentes da proliferação de vetores e animais peçonhentos.

**2.4.** O estado de conservação das áreas verdes impacta diretamente a imagem institucional do Tribunal e reflete o grau de zelo com os bens públicos, sendo elemento indissociável da dignidade, representatividade e credibilidade do Poder Judiciário. Ademais, a preservação adequada desses espaços contribui para práticas de gestão ambiental responsável, para o bem-estar de magistrados, servidores, usuários e para a valorização e conservação dos imóveis sob responsabilidade deste Regional.

**2.5.** Diante disso, evidencia-se a necessidade de adoção de solução administrativa que assegure a preservação adequada das áreas verdes do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, como condição indispensável ao regular funcionamento das atividades administrativas e jurisdicionais.

**2.6.** Registre-se que a necessidade de atender a esta demanda advém da iminente expiração do Contrato TRT19 /SJA N 17/2021 (PROAD 2809/2020), cujo objeto é o fornecimento de mão de obra para manutenção de jardins e assemelhados dos imóveis do tribunal localizados na capital e no interior. O contrato vigente está em sua última prorrogação possível, com encerramento da prestação de serviços previsto para 22 de setembro de 2026. Diante disso, impõe-se o planejamento de medidas administrativas de modo a evitar qualquer prejuízo na transição para a nova solução a ser implementada pela Administração.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Material e Logística - DML	Anne Caroline Pedrosa Brasil Camêlo

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

**4.1.** Em consonância com a necessidade identificada no Item 2, os requisitos a seguir estabelecidos são mínimos, objetivos e suficientes para caracterizar a demanda institucional relacionada à preservação das áreas verdes do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, bem como para orientar o Levantamento de Mercado, sem restringir indevidamente as alternativas de solução.

### 4.2. Requisitos Essenciais

4.2.1. A solução a ser analisada deverá contemplar, no mínimo, os requisitos funcionais indispensáveis à adequada conservação das áreas verdes, incluindo:

- a) visitas periódicas para manutenção das espécies;
- b) irrigação adequada conforme as necessidades específicas de cada grupo vegetal;
- c) adubação e correção de solo, visando à saúde e ao desenvolvimento das plantas;
- d) podas técnicas em conformidade com as características e exigências de cada espécie;
- e) controle fitossanitário, com medidas preventivas e corretivas para pragas e doenças;
- f) substituição de plantas irrecuperáveis, com espécies equivalentes e compatíveis;
- g) atendimento às necessidades materiais indispensáveis à adequada conservação das áreas verdes;
- h) atendimento às unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região localizadas na capital e nos municípios do interior do Estado de Alagoas;
- i) capacidade de realização de deslocamentos periódicos entre a capital e as unidades do interior, em quantitativo estimado de aproximadamente 120 deslocamentos anuais.

4.2.2. Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, em horários e rotinas definidos pela Administração, de forma a não interferir nas atividades jurisdicionais e administrativas do Tribunal.

4.2.3. A vigência contratual prevista será de 3 (três) anos, prorrogável sucessivamente até o limite legal de 10 (dez) anos, conforme arts. 107 e 108 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.4. É vedada a subcontratação.

4.2.5. A prestação deverá iniciar-se imediatamente após o encerramento da contratação vigente, garantindo continuidade da manutenção das áreas verdes.

### 4.3. Requisitos de Desempenho

**4.3.1.** As soluções avaliadas deverão demonstrar capacidade de alcançar padrões mínimos de desempenho compatíveis com as necessidades institucionais, especialmente quanto:

- a) à preservação contínua das condições ambientais e paisagísticas das áreas verdes;
- b) à redução de perdas e degradação das espécies vegetais;
- c) à manutenção de padrões estéticos condizentes com a imagem institucional do Tribunal;
- d) à compatibilidade com o regular funcionamento das atividades administrativas e jurisdicionais, sem interferência nas atividades institucionais;
- e) atendimento tempestivo às solicitações extraordinárias da Administração;

### 4.4. Requisitos de Sustentabilidade (Res. CSJT n. 310/2021)

**4.4.1.** As soluções deverão ser compatíveis com práticas de gestão ambiental responsável, em consonância com a **Resolução CSJT nº 310/2021**, contemplando, sempre que possível:

- a) redução do uso de produtos químicos, com incentivo a técnicas de manejo sustentável;
- b) utilização de manejo integrado de pragas, combinando métodos preventivos, biológicos e físicos;

- c) destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- d) preferência por insumos de menor impacto ambiental, incluindo produtos reciclados, atóxicos e biodegradáveis, em conformidade com as normas ABNT NBR 15.448-1 e 15.448-2;
- e) racionalização do uso de água na irrigação;
- f) adoção de técnicas de compostagem quando viável;
- g) uso eficiente de energia em equipamentos.

#### 4.5. Requisitos Legais

4.5.1. A solução deverá observar integralmente:

- a) a Lei nº 14.133/2021;
- b) a legislação ambiental vigente e normas correlatas;
- c) normas de segurança e saúde no trabalho;
- d) regulamentações profissionais aplicáveis às atividades envolvidas.

### 5. Levantamento de Mercado

#### 5.1. Metodologia e Abrangência da Pesquisa

O Levantamento de Mercado foi desenvolvido a partir de análise técnico-operacional qualitativa, com base na experiência administrativa acumulada pelo TRT-19 na execução de contratos de jardinagem e na avaliação comparativa de modelos de execução disponíveis no mercado público, considerando suas premissas de aplicação, vantagens, limitações e riscos.

A metodologia adotada consistiu na:

- identificação das necessidades específicas do Tribunal, especialmente a dispersão geográfica das unidades, a existência de áreas verdes internas e externas e a necessidade de manutenção contínua e periódica;
- análise das alternativas de execução juridicamente possíveis, à luz da legislação vigente e das orientações normativas aplicáveis;
- avaliação técnica das soluções quanto à viabilidade operacional, continuidade dos serviços, riscos administrativos e adequação às condições institucionais do TRT-19.

A abrangência da análise limitou-se às soluções compatíveis com a realidade institucional do Tribunal, sendo consideradas, para fins de referência e validação, as contratações similares expressamente indicadas no item 5.7 (docs. 23, 24 e 25 - PROAD 6490/2025).

#### 5.2. Contexto do TRT-19

O complexo de edificações do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região compreende uma área total de jardins e áreas assemelhadas de **4.147,68 m²**, distribuída entre a capital e unidades localizadas no interior do Estado de Alagoas, conforme quadro a seguir:

##### DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS VERDES:

Unidade	Área (m²)	Localização
CAPITAL - MACEIÓ	339,27	Centro, Maceió-AL

INTERIOR	3.808,41	Diversos municípios
TOTAL GERAL	4.147,68	Todo o Estado de Alagoas

**Detalhamento das Unidades do Interior:**

<b>Vara do Trabalho</b>	<b>Área (m²)</b>
1ª Vara de Arapiraca	524,64
2ª Vara de Arapiraca	165,60
Nova Vara de Arapiraca	1.311,48
Vara de Atalaia	379,27
Vara de Palmeira dos Índios	30,40
Vara de Penedo	215,34
Vara de Porto Calvo	330,24
Vara de São Luiz do Quitunde	110,44
Varas de São Miguel dos Campos (1ª e 2ª)	408,52
Vara de União dos Palmares	332,48
Subtotal Interior	3.808,41

### **5.2.1. PARTICULARIDADES LOGÍSTICAS**

A dispersão geográfica impõe peculiaridade logística relevante à contratação, exigindo solução capaz de assegurar manutenção técnica contínua na capital, onde o fluxo de jurisdicionados é diário e a visibilidade institucional é máxima, e simultaneamente assegurar a manutenção periódica e eficaz nas unidades do interior, premissa técnica que influencia diretamente a viabilidade das soluções de mercado analisadas.

A estrutura física apresentada demanda uma logística que garanta a sobrevivência das espécies vegetais e a salubridade das áreas externas em todas as jurisdições atendidas por este Regional, com necessidade de aproximadamente 120 deslocamentos anuais às unidades do interior para que estas não sofram degradação biológica ou comprometimento estético e sanitário.

### **5.2.2. FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA DOS DESLOCAMENTOS**

A necessidade de aproximadamente 120 deslocamentos anuais às unidades do interior constitui premissa técnica indispensável à execução do serviço, consolidada pela experiência do contrato vigente e adotada como parâmetro mínimo para análise das alternativas de mercado.

O acompanhamento sistemático das áreas verdes ao longo dos últimos anos demonstrou que a periodicidade mensal, correspondente a 12 visitas por unidade ao longo do ano, representa o mínimo técnico necessário para prevenir degradação biológica das espécies vegetais.

Considerando todas as unidades localizadas no interior do Estado, essa frequência resulta no total de 120 deslocamentos anuais. A experiência prática evidenciou que intervalos superiores a 30 dias entre manutenções resultam em comprometimento fitossanitário caracterizado pelo acúmulo de massa vegetal seca, proliferação de pragas e ervas daninhas que comprometem o desenvolvimento das plantas ornamentais, além de perdas patrimoniais decorrentes da morte de espécies sensíveis ao estresse hídrico característico do clima alagoano, gerando custos evitáveis com replantios.

Observou-se ainda degradação estética e sanitária que confere aspecto de abandono incompatível com a dignidade das instalações judiciais, com potencial atração de vetores.

O histórico de fiscalização registrou que tentativas de espaçamento maior entre visitas resultaram em deterioração acelerada que demandou intervenções corretivas mais onerosas, confirmando que a periodicidade mensal constitui o padrão tecnicamente adequado para as condições climáticas e características das espécies vegetais presentes nas unidades do interior do TRT-19.

Diante desse cenário, foram identificadas quatro soluções tecnicamente distintas, as quais foram submetidas a rigorosa análise sob a ótica da viabilidade jurídica, técnica, econômica e administrativa.

### **5.3. Identificação das Alternativas Disponíveis no Mercado**

#### **5.3.1. Premissa de Inviabilidade – Execução Direta pela Administração**

A execução direta dos serviços pelo Tribunal não constitui alternativa viável, em razão da inexistência de cargos de jardineiro ou de servidores com atribuições compatíveis no quadro de pessoal do TRT-19.

Trata-se, portanto, de premissa de inviabilidade, que delimita o universo das soluções passíveis de análise, não sendo considerada alternativa válida para fins comparativos.

#### **5.3.2. SOLUÇÃO 1: CONTRATAÇÃO DE POSTO EM REGIME DEMO SEM FORNECIMENTO DE INSUMOS**

A primeira alternativa contempla a contratação de empresa para fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), porém sem fornecimento integrado de insumos, materiais, ferramentas e equipamentos. Nesse modelo, o Tribunal contrataria apenas o profissional jardineiro, ficando responsável por adquirir separadamente todos os materiais necessários, incluindo adubos, defensivos, mudas, ferramentas, EPIs e uniformes.

Os modelos de contratação em regime DEMO, sejam com ou sem fornecimento integrado de insumos, apresentam vantagens operacionais comuns que merecem destaque. A presença permanente de profissional dedicado exclusivamente ao TRT-19 garante a continuidade dos serviços e o desenvolvimento progressivo de conhecimento aprofundado sobre as particularidades de cada área verde do Tribunal. Ao longo do tempo, esse profissional adquire experiência prática sobre as necessidades específicas de cada espécie vegetal presente nas unidades, identifica os padrões de comportamento das plantas diante das variações climáticas locais, reconhece os pontos críticos que demandam atenção especial e desenvolve familiaridade com as características do solo, exposição solar e microclimas de cada localidade.

A dedicação exclusiva permite que o jardineiro esteja sempre disponível para atendimento imediato às demandas diárias do Tribunal, que são múltiplas e constantes. Nas áreas externas, executam-se atividades essenciais como irrigação manual complementar, monitoramento preventivo contínuo das condições fitossanitárias, pequenas podas de manutenção, limpeza e resposta rápida a situações emergenciais como quedas de galhos, infestações iniciais de pragas ou danos causados por eventos climáticos.

Nas áreas internas do Edifício Sede, há demandas igualmente importantes relacionadas aos vasos ornamentais distribuídos por varas, gabinetes, corredores e setores administrativos, que necessitam cuidados próximos e frequentes como irrigação adequada, adubação periódica, limpeza de folhagens, remoção de partes secas e substituição de exemplares quando necessário. Essa presença constante mostra-se fundamental para jardins que exigem cuidados diários, especialmente no clima tropical de Alagoas, onde a ausência de irrigação por poucos dias pode resultar em perdas irreversíveis do patrimônio paisagístico tanto externo quanto interno.

Especificamente quanto à esta Solução, que não contempla fornecimento integrado de insumos, identificam-se algumas vantagens aparentes do ponto de vista financeiro imediato. O valor nominal do posto na planilha da contratada seria aparentemente menor em comparação com modelos integrados, haveria controle direto do

Tribunal sobre especificações técnicas e qualidade dos insumos adquiridos, permitindo escolher fornecedores e produtos específicos conforme padrões institucionais, além da transparência total sobre custos unitários de cada material, facilitando análises detalhadas de economicidade e prestação de contas.

Entretanto, uma análise mais profunda revela desvantagens significativas no que se refere à aquisição e gestão dos materiais e insumos. A principal questão reside na necessidade de realizar diversos processos licitatórios anuais distintos para aquisição de diferentes categorias de materiais: adubos e fertilizantes, substratos e condicionadores de solo, defensivos agrícolas e produtos fitossanitários, ferramentas manuais, EPIs específicos e uniformes. Cada uma dessas licitações demanda elaboração de termo de referência específico com levantamento detalhado de quantidades, especificações técnicas e estimativas de preços, seguido de publicação, análise de propostas, adjudicação e formalização contratual.

As quantidades de materiais necessários para o TRT-19, considerando a área total de 4.147,68 m<sup>2</sup>, são relativamente reduzidas, o que resultaria em preços unitários elevados devido à ausência de escala comercial atrativa, baixo interesse de fornecedores qualificados que preferem licitações de maior volume, e risco elevado de licitações desertas ou fracassadas. Sem economia de escala, o Tribunal pagaria valores significativamente superiores aos obtidos por empresas especializadas que adquirem insumos em grande volume para múltiplos contratos simultâneos.

O risco operacional também é crítico e representa ameaça constante à continuidade dos serviços. Qualquer atraso na entrega de insumos essenciais, seja por problemas logísticos do fornecedor, atrasos no empenho ou liberação de recursos, ou licitações que precisam ser refeitas, paralisa completamente os serviços de jardinagem. Essas paralisações podem causar morte irreversível de plantas, deterioração acelerada das áreas verdes e ociosidade forçada do profissional contratado.

A sobrecarga administrativa seria considerável e impactaria significativamente a capacidade operacional do Tribunal. Seria necessária estrutura de almoxarifado com condições adequadas de armazenamento, especialmente considerando que produtos como defensivos agrícolas e fertilizantes exigem condições específicas de temperatura, umidade e ventilação para preservação de suas propriedades. O controle rigoroso de validade de produtos perecíveis mostra-se essencial, uma vez que muitos insumos perdem eficácia ao longo do tempo, gerando perdas financeiras por vencimento ou deterioração. Haveria ainda necessidade de controle de estoque mínimo para evitar desabastecimento, inventários periódicos e complexa gestão de solicitações, recebimentos, armazenamento e distribuição dos materiais, todos representando custos indiretos substanciais que tornariam esta solução antieconômica.

Além disso, em caso de insucesso dos serviços, não haveria clareza sobre a origem da falha. A responsabilidade seria difusa, não se saberia se o problema decorria da qualidade do trabalho executado pelo profissional ou da inadequação dos insumos fornecidos pelo Tribunal. Essa impossibilidade de responsabilização integrada da contratada fragiliza enormemente a gestão contratual e dificulta a adoção de medidas corretivas eficazes.

### **5.3.3. SOLUÇÃO 2: CONTRATAÇÃO DE POSTO EM REGIME DEMO COM FORNECIMENTO INTEGRADO DE INSUMOS**

A segunda alternativa consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de jardinagem em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, porém com fornecimento integrado de todos os insumos agrícolas, materiais, ferramentas, uniformes e EPIs necessários à perfeita execução dos serviços. Nesse modelo, o profissional jardineiro é alocado exclusivamente para o TRT-19, executando atividades diariamente na capital e realizando deslocamentos periódicos programados para as unidades do interior. A empresa contratada assume responsabilidade integral pelo fornecimento de todos os recursos materiais necessários, desde adubos e defensivos até ferramentas e equipamentos de proteção individual.

Conforme já exposto na análise da Solução 1, os modelos DEMO proporcionam vantagens operacionais significativas relacionadas à continuidade dos serviços, desenvolvimento de conhecimento especializado sobre as particularidades das áreas verdes do Tribunal e disponibilidade permanente para atendimento às demandas

diárias tanto nas áreas externas quanto internas. A principal diferença que distingue fundamentalmente a Solução 1 da Solução 2 reside na integração completa entre mão de obra e fornecimento de materiais.

Sob a perspectiva administrativa, a gestão contratual simplifica-se drasticamente. Um único contrato elimina a necessidade de múltiplas licitações e gerenciamento de diversos fornecedores, a medição mensal torna-se única e padronizada, e a fiscalização pode focar exclusivamente em resultados mensuráveis através do Instrumento de Medição de Resultados (IMR). A dispensa de estrutura robusta de almoxarifado elimina custos indiretos significativos de armazenamento, controle de validade e gestão de estoque, liberando servidores para outras atividades do Tribunal.

Economicamente, a empresa contratada obtém economia de escala na aquisição de insumos em grande volume para múltiplos contratos, resultando em preços mais vantajosos que os obtidos pelo Tribunal em licitações de pequenas quantidades. A eliminação de perdas por vencimento ou deterioração de produtos estocados, somada à previsibilidade orçamentária total com custo mensal fixo, facilita o planejamento financeiro plurianual. A redução de custos indiretos de gestão e a eliminação dos custos processuais de múltiplas licitações representam economia real que compensa eventuais acréscimos no valor unitário do posto.

Do ponto de vista técnico, a garantia de qualidade dos insumos fornecidos fica sob responsabilidade integral da contratada, que adequa os produtos às necessidades específicas identificadas pelo profissional. A flexibilidade para ajustar tipos de insumos conforme necessidades sazonais fortalece a qualidade dos serviços prestados, e a possibilidade de implementação de melhorias contínuas e projetos de médio prazo nas áreas verdes é viabilizada pela presença constante do profissional e seu conhecimento acumulado. A responsabilização é inequívoca: qualquer problema nos serviços, seja por qualidade do trabalho ou inadequação dos materiais, recai integralmente sobre a contratada, facilitando enormemente a gestão contratual e a adoção de medidas corretivas. Esta solução proporciona flexibilidade operacional total para execução de qualquer demanda que surja, sem necessidade de especificação prévia rígida no Termo de Referência ou de protocolos administrativos burocráticos para ajustes.

Esse modelo encontra amparo normativo na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, que expressamente recomenda a contratação integrada e explicitamente desaconselha o modelo fragmentado, reconhecendo que a contratação integrada proporciona melhores resultados, e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, que orienta para soluções que atendam efetivamente às necessidades considerando custo total, riscos e qualidade. Trata-se de prática consolidada e bem-sucedida em Tribunais e órgãos públicos, com histórico positivo comprovado no próprio TRT-19.

As desvantagens identificadas relacionam-se especificamente aos custos de deslocamento inerentes à dispersão geográfica das unidades. O Tribunal possui apenas uma unidade na capital e dez unidades distribuídas pelo interior do Estado, não há justificativa econômica ou técnica para contratação de postos separados em cada localidade, considerando que a área total de jardins em cada vara é reduzida e as demandas do interior não justificam presença diária. Optando-se por um único posto dedicado que atenda tanto a capital quanto às unidades do interior, surge a necessidade de deslocamentos periódicos do profissional terceirizado para as localidades remotas. Nesse modelo, o Tribunal se responsabiliza pelo transporte do profissional, gerando custos adicionais de meia diária para servidor responsável pelo acompanhamento do deslocamento e utilização de veículo institucional com despesas de combustível e manutenção. Considerando os 120 deslocamentos anuais necessários conforme fundamentado anteriormente, esses custos devem ser computados na análise de viabilidade econômica total da solução, embora não comprometam necessariamente sua vantajosidade quando comparados aos benefícios de economia de escala, simplificação administrativa e responsabilização integrada.

#### **5.3.4. SOLUÇÃO 3: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO CONFORME CRONOGRAMA, SEM MÃO DE OBRA RESIDENTE, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS AGRÍCOLAS E DE PLANTAS ORNAMENTAIS SOB DEMANDA**

A terceira alternativa prevê a contratação de serviços pontuais executados em visitas programadas, mensais ou quinzenais, conforme cronograma pré-estabelecido, sem manutenção de mão de obra residente. A empresa contratada realizaria atividades como poda, adubação, irrigação, limpeza e replantio durante as visitas, com

pagamento por metro quadrado atendido ou por intervenção técnica realizada. Nesse modelo, a empresa seria responsável pelo deslocamento e pela mobilização das equipes para atendimento de todas as unidades distribuídas pelo Estado de Alagoas.

Esse modelo apresenta algumas vantagens aparentes. Haveria redução de custos fixos mensais pela ausência de posto permanente, flexibilidade teórica para ajustar frequência de visitas conforme necessidades sazonais, menor responsabilidade administrativa com gestão de mão de obra terceirizada, e dispensa de estrutura de apoio permanente como vestiário e guarda de ferramentas.

Contudo, as desvantagens mostram-se determinantes sob a ótica da viabilidade técnica e operacional. Para a sede em Maceió especificamente, a ausência de profissional residente representa incompatibilidade técnica crítica. Diferentemente das unidades do interior, onde as áreas verdes possuem características predominantemente externas e maior resistência a variações de irrigação, a capital concentra não apenas áreas verdes externas, mas também extensa quantidade de vasos ornamentais distribuídos internamente por varas, gabinetes, corredores e setores administrativos, que exigem irrigação diária individualizada e cuidados constantes. O fluxo cotidiano intenso e ininterrupto de magistrados, servidores e jurisdicionados na sede demanda padrão estético permanente, incompatível com manutenções esporádicas realizadas apenas durante visitas programadas. Plantas tropicais no clima alagoano, especialmente as espécies ornamentais mantidas em ambientes internos ou em vasos com volume limitado de substrato, podem sofrer estresse hídrico irreversível em poucos dias sem irrigação adequada, resultando em morte ou comprometimento estético permanente. A impossibilidade de atendimento a necessidades diárias como irrigação manual complementar fundamental em períodos de estiagem, monitoramento preventivo contínuo para identificação precoce de pragas, doenças ou deficiências nutricionais, e pequenas podas de manutenção que evitam acúmulo de massa vegetal seca, compromete significativamente a preservação do patrimônio paisagístico. Visitas mensais ou quinzenais não conseguiriam realizar o monitoramento preventivo meticuloso e a irrigação individualizada necessários para manter a integridade biológica das espécies vegetais e a dignidade visual institucional exigida pela sede do Tribunal Regional do Trabalho.

Este modelo também acarreta perda de controle operacional sobre a execução dos serviços, impossibilitando o atendimento a demandas emergenciais como quedas de galhos após intempéries, infestações súbitas de pragas ou necessidade de limpeza urgente para eventos institucionais. A natural rotatividade de profissionais enviados pela empresa resultaria em variação de qualidade dos serviços prestados e perda progressiva de conhecimento das especificidades de cada área, impossibilitando o desenvolvimento de expertise acumulada sobre as particularidades do TRT-19. A rigidez do cronograma pré-estabelecido e a dependência de agendamento prévio limitariam drasticamente a capacidade de ajustes conforme necessidades reais identificadas ao longo da execução contratual. A morte de espécimes vegetais nos intervalos entre visitas programadas geraria necessidade constante de replantios emergenciais, recomposição de gramados degradados e substituição frequente de plantas ornamentais, resultando em intervenções corretivas onerosas ao invés de manutenção preventiva econômica, além de comprometer a continuidade estética das áreas verdes e gerar sucessivas perdas patrimoniais evitáveis.

Adicionalmente, a dispersão geográfica do TRT-19, com dez unidades espalhadas por todo o território alagoano, impõe desafios logísticos significativos. A necessidade de a empresa realizar mensalmente deslocamentos por todo o Estado para atender áreas relativamente pequenas em cada localidade implica custos de mobilização que estariam embutidos nas propostas de forma global, sem possibilidade de controle ou otimização pelo Tribunal.

#### **5.3.5. SOLUÇÃO 4: CONTRATAÇÃO DE POSTO FIXO NA CAPITAL COM SERVIÇOS SOB DEMANDA PARA O INTERIOR**

A alternativa consistente na manutenção de posto fixo de jardinagem na capital, com execução dos serviços nas unidades do interior mediante atendimento sob demanda, foi analisada sob os aspectos técnico-operacional e de adequação às necessidades institucionais do TRT-19.

Embora possa atender parcialmente às demandas da capital, o modelo introduz fragmentação operacional e administrativa relevante, compromete a padronização dos serviços, dificulta o planejamento integrado e amplia a complexidade da gestão contratual.

O atendimento sob demanda no interior não assegura a regularidade mínima necessária à conservação adequada das áreas verdes, tampouco elimina custos de deslocamento, que permaneceriam embutidos nas propostas, sem possibilidade de controle individualizado.

Além disso, inexistente histórico de execução bem-sucedida dessa solução no TRT-19, representando assunção de risco desnecessária diante da existência de alternativa já validada pela experiência institucional.

Diante dessas limitações, a Solução 4 é considerada tecnicamente inviável.

### 5.4. Quadro Comparativo das Alternativas

Com vistas a assegurar rastreabilidade, clareza e auditabilidade da decisão administrativa, as alternativas identificadas foram consolidadas no quadro comparativo a seguir:

Classificação	Modelo de Execução	Premissas de Aplicação ao TRT-19	Vantagens Técnicas	Limitações Operacionais	Riscos Administrativos /Contratuais	Conclusão Técnica
Premissa	Execução direta pela Administração	Inexistência de cargo de jardineiro; ausência de capacidade instalada	_____	Ausência total de pessoal especializado	Alto risco de descontinuidade e ilegalidade funcional	Inviável
Solução 1	DEMO sem fornecimento de insumos	Gestão direta de insumos pelo Tribunal	Maior controle direto dos materiais	Elevada complexidade administrativa	Desabastecimento; paralisação do serviço	Inviável
Solução 2	DEMO com fornecimento integrado	Atendimento diário na capital + deslocamentos ao interior	Continuidade; economia de escala; responsabilização integrada	Custos de deslocamento	Riscos mitigáveis por gestão contratual	Tecnicamente viável
Solução 3	Atendimento por demanda / por m²	Manutenções esporádicas	Redução aparente de custos fixos	Incompatível com manutenção diária	Deterioração do patrimônio	Inviável
Solução 4	Posto fixo + serviços sob demanda	Capital com posto fixo; interior sob demanda	Atendimento adequado à capital	Duplicidade contratual; complexidade	Fragmentação da responsabilidade	Inviável

## **5.5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

Nos termos do art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve contemplar o levantamento de mercado, com a análise das alternativas viáveis para atendimento da demanda e a correspondente justificativa técnica e econômica. Em observância ao Ato TRT19 nº 41/2021, que instituiu o ETP Digital completo e obrigatório no âmbito deste Regional, o presente estudo contempla o Levantamento de Mercado, ainda que com limitações decorrentes de características técnicas e operacionais do objeto.

No presente caso, os serviços de jardinagem apresentam especificidades que condicionam a análise comparativa das alternativas. Trata-se de atividade contínua, com demanda diária de manutenção, executada em unidades com características físicas distintas, incluindo áreas verdes externas, jardins ornamentais e vasos internos, distribuídos entre a capital e o interior do Estado. Essas particularidades impactam diretamente a viabilidade técnica e operacional das soluções identificadas.

Embora tenha sido realizado o levantamento de mercado no presente ETP, a análise das alternativas foi conduzida prioritariamente sob a ótica da viabilidade técnica, operacional e da aderência às necessidades institucionais. Não se procedeu à análise econômica comparativa ampla entre todos os modelos identificados, uma vez que as diferenças estruturais entre as alternativas inviabilizam comparações diretas e homogêneas de custos.

As consultas realizadas evidenciaram significativa heterogeneidade entre os modelos praticados por outros órgãos, envolvendo variáveis como tipos de vegetação atendida, periodicidades de manutenção, inclusão ou não de cuidados com plantas ornamentais internas, bem como impactos logísticos decorrentes da dispersão geográfica das unidades. Essa multiplicidade de parâmetros técnicos compromete a utilidade de uma comparação econômica direta entre soluções com arranjos operacionais distintos. Diante desse cenário, a obtenção de valores de referência mostrou-se mais precisa quando direcionada ao modelo de solução considerado tecnicamente viável, alinhado às necessidades específicas e às metragens das unidades do TRT da 19ª Região.

A avaliação das alternativas também levou em consideração critérios de continuidade administrativa e adequação institucional. As características do TRT-19 — especialmente a existência de unidades no interior do Estado e a necessidade de manutenção regular e contínua das áreas verdes e plantas ornamentais — constituem fatores determinantes para a análise das soluções, independentemente de eventuais diferenças marginais de custo entre modelos que não assegurem o mesmo nível de conservação.

Nesse contexto, algumas alternativas foram afastadas por inadequação técnica, conforme demonstrado de forma sistematizada no quadro comparativo do item 5.4. A execução direta mostrou-se inviável diante da inexistência de cargos específicos no quadro de pessoal. A contratação de mão de obra sem o fornecimento de insumos e equipamentos implicaria aumento relevante da complexidade administrativa, com a necessidade de gestão direta de estoques e insumos. Os modelos de atendimento exclusivamente por demanda ou por metragem quadrada, embora possam atender parcialmente áreas externas, não se mostram suficientes para atender, de forma contínua e adequada, as necessidades das unidades, inclusive da capital, que demandam cuidados regulares e presença frequente para manutenção de jardins e plantas ornamentais.

Diante dessas circunstâncias, adotou-se metodologia de avaliação sequencial, iniciando-se pela análise de viabilidade técnica das alternativas, seguida da verificação de sua adequação institucional e, por fim, da análise econômica restrita à alternativa que superou as etapas anteriores e se mostrou capaz de atender aos requisitos mínimos de conservação e manutenção das áreas verdes do Tribunal.

Essa abordagem permite concentrar a análise econômica na solução tecnicamente viável, assegurando racionalidade, coerência metodológica e aderência às diretrizes de eficiência administrativa, sem prejuízo da motivação técnica exigida no âmbito do Levantamento de Mercado.

## **5.6. Análise Comparativa das Alternativas**

A análise técnica e operacional detalhada permite concluir, de forma fundamentada, pelo descarte de quatro das cinco soluções identificadas.

A **Solução 1** (DEMO sem insumos) revela-se antieconômica e operacionalmente arriscada. Essa alternativa exigiria múltiplos processos licitatórios anuais para aquisição de diferentes categorias de materiais (adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, mudas, ferramentas, EPIs e uniformes), cada um demandando termo de referência específico, publicação, análise e formalização contratual. As quantidades necessárias para o TRT-19, considerando a área total de apenas 4.147,68 m<sup>2</sup>, são relativamente reduzidas, resultando em preços unitários elevados pela ausência de escala comercial e risco elevado de licitações desertas. O risco operacional é crítico: qualquer atraso na entrega de insumos paralisaria completamente os serviços, podendo causar morte irreversível de plantas e deterioração acelerada das áreas verdes. A sobrecarga administrativa seria considerável, exigindo estrutura de almoxarifado com condições específicas de armazenamento para produtos químicos, controle rigoroso de validade, gestão de estoques mínimos e inventários periódicos. Além disso, em caso de insucesso dos serviços, a responsabilidade seria difusa, dificultando determinar se o problema decorre da qualidade do trabalho ou da inadequação dos insumos fornecidos pelo Tribunal, fragilizando a gestão contratual.

A **Solução 3** (serviços sob demanda) mostra-se tecnicamente inapropriada, especialmente para a execução na capital. Diferentemente das unidades do interior, a capital concentra extensa quantidade de vasos ornamentais distribuídos internamente que exigem irrigação diária individualizada, incompatível com visitas esporádicas. Plantas tropicais no clima alagoano podem morrer em poucos dias sem irrigação adequada, e a impossibilidade de atendimento a necessidades diárias como monitoramento preventivo contínuo e identificação precoce de pragas compromete significativamente a preservação do patrimônio paisagístico. Este modelo também impossibilita o atendimento a demandas emergenciais, resulta em rotatividade de profissionais com perda de conhecimento das especificidades das áreas, e gera necessidade constante de replantios emergenciais ao invés de manutenção preventiva econômica. Adicionalmente, a dispersão geográfica do TRT-19 implica custos de mobilização embutidos nas propostas sem possibilidade de controle ou otimização pelo Tribunal.

A **Solução 4** (modelo híbrido), conforme já analisado no item 5.3.5, apresenta complexidade administrativa desproporcional aos benefícios. A questão mais crítica reside na provável necessidade de realizar duas licitações separadas, uma vez que empresas especializadas em mão de obra dedicada raramente atuam no segmento de serviços pontuais sob demanda. Mesmo que ambos os serviços pudessem ser contratados em processo único, seria necessário fiscalizar dois modelos operacionais distintos simultaneamente, multiplicando a carga de trabalho. Equipes diferentes atenderiam capital e interior, perdendo-se a vantagem do conhecimento integrado que permite acúmulo de experiência sobre necessidades específicas de cada local. Emergências no interior dependeriam de agendamento prévio, gerando morosidade em situações urgentes. Embora haja eliminação nominal de custos de deslocamento para o Tribunal, os valores de mobilização estariam embutidos nas propostas sem possibilidade de controle. Por fim, inexistente histórico de execução bem-sucedida desta solução no TRT-19, representando risco desnecessário quando existe alternativa comprovadamente exitosa.

## 5.7. Solução Recomendada

A análise técnica, operacional e de adequação institucional das cinco alternativas identificadas permite concluir que a **Solução 2** — contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de jardinagem em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), com fornecimento integrado de insumos agrícolas, materiais, ferramentas, uniformes e EPIs — constitui a única alternativa que atende plenamente aos requisitos necessários para assegurar a preservação adequada do patrimônio paisagístico do TRT-19.

A Solução 2 é o único modelo capaz de garantir o atendimento diário exigido pelas plantas na capital, especialmente os vasos ornamentais internos que demandam irrigação contínua, monitoramento preventivo permanente e resposta imediata a emergências. O histórico exitoso na execução contratual atual do TRT-19 constitui evidência empírica de sua adequação, tendo proporcionado qualidade consistente dos serviços, ausência de problemas relacionados à falta de materiais e preservação adequada do patrimônio paisagístico em todas as unidades. A presença do mesmo profissional em capital e interior, mediante visitas mensais programadas às unidades do interior, garante conhecimento profundo das necessidades específicas de cada localidade e acúmulo progressivo de experiência sobre as particularidades das áreas verdes.

A integração completa entre mão de obra e fornecimento de materiais proporciona economia de escala na aquisição de insumos, uma vez que a empresa contratada adquire produtos em grande volume para múltiplos contratos simultâneos, obtendo preços unitários substancialmente inferiores aos praticados em licitações de pequenas quantidades. A contratação integrada elimina custos processuais de múltiplas licitações anuais, dispensa estrutura robusta de almoxarifado com seus custos de armazenamento e controle, elimina perdas por vencimento de produtos estocados e proporciona previsibilidade orçamentária total com custo mensal fixo. A manutenção preventiva contínua evita gastos elevados com replantios emergenciais e recuperação de áreas degradadas.

A gestão contratual com único contrato integrado elimina a necessidade de gerenciar múltiplos fornecedores, a medição mensal única simplifica os controles, e a fiscalização pode focar exclusivamente em resultados mensuráveis através do Instrumento de Medição de Resultados. A responsabilização integral da contratada por qualquer problema nos serviços facilita a gestão contratual e a adoção de medidas corretivas. A mitigação de riscos é máxima: zero risco de desabastecimento que possa paralisar os serviços, zero risco de licitações desertas, e responsabilização inequívoca por falhas na execução.

A Solução 2 é expressamente recomendada pela Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, que orienta para a contratação integrada de serviços com fornecimento de materiais e explicitamente desaconselha o modelo fragmentado. Atende plenamente à Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 e compatibiliza-se com o art. 18, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Além disso, as pesquisas realizadas revelaram que a grande maioria dos órgãos públicos adota o modelo DEMO para serviços de jardinagem, demonstrando tratar-se de solução consolidada e preferencial no mercado público, reconhecida por órgãos de controle e com jurisprudência consolidada favorável (docs. 23, 24 e 25 - Proad 6490 /2025).

Por fim, a solução atende perfeitamente às especificidades da dispersão geográfica do Tribunal, com 4.147,68 m² de áreas verdes distribuídas entre a capital (339,27 m²) e dez unidades do interior (3.808,41 m²). A combinação de presença permanente na capital, essencial para o atendimento diário aos vasos ornamentais internos e às áreas verdes externas, com visitas mensais programadas ao interior, garante preservação efetiva do patrimônio paisagístico em todas as jurisdições.

Os custos anuais extras estimados com deslocamentos ao interior são compostos por meia diária de servidor acompanhante e combustível de veículo institucional. Esses custos podem ser significativamente reduzidos mediante cronograma integrado com outros contratos DEMO já existentes, como os de contínuos e auxiliares de almoxarife, consolidando em uma única viagem o transporte de profissionais de múltiplos serviços e diluindo os custos entre contratos. Este investimento justifica-se pelos benefícios operacionais concretos: garantia de manutenção regular pelo mesmo profissional que atende a capital, supervisão presencial por servidor do Tribunal, flexibilidade para ajustar frequência conforme necessidade e preservação patrimonial que previne deterioração acelerada e elimina custos futuros com replantios emergenciais.

Justifica-se, assim, sob a ótica técnica, operacional e de adequação institucional, recomendação da Solução 2 para prosseguimento do processo licitatório e elaboração do correspondente Termo de Referência. Este modelo assegura a preservação efetiva do patrimônio paisagístico do TRT-19 com eficiência administrativa, conformidade plena com a legislação vigente e comprovada adequação à realidade institucional, constituindo a proposta mais vantajosa para a Administração conforme determina a Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.8. Validação da Solução através de Contratações Similares**

Para validar a adequação da solução identificada, foi realizado levantamento de contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, conforme demonstrado na tabela a seguir (docs. 23, 24 e 25 - Proad 6490/2025):

Órgão /Entidade	Postos	Regime de Execução	Fornecimento de Insumos	Valor Anual (Jardinagem)	Ano
-----------------	--------	--------------------	-------------------------	--------------------------	-----

Senado Federal	57 postos de jardinagem	Dedicação Exclusiva	Integrado	R \$	2025
				5.029.181,15	
Câmara dos Deputados	35 postos de jardinagem	Alocação de postos	Integrado	R \$	2025
				2.801.115,84	
JFAL	7 postos de jardinagem	Empreitada Global	Integrado	R \$	2025
				348.785,29	

A análise das contratações similares confirma que a solução identificada representa prática consolidada na Administração Pública, sendo amplamente adotada por órgãos públicos. Todos os órgãos pesquisados adotam o modelo de fornecimento integrado de insumos, materiais e equipamentos juntamente com a mão de obra especializada, demonstrando que esta é a metodologia preferencial no mercado público. Os valores contratuais refletem diferenças no número de postos contratados, na complexidade das áreas atendidas e nas especificidades de cada órgão, evidenciando a adequação do modelo às diversas realidades institucionais da Administração Pública brasileira.

## 6. Descrição da solução como um todo

### 6.1. Objeto e Modelo de Prestação de Serviços

A solução será implementada por meio da contratação de empresa especializada, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento integrado de insumos agrícolas, materiais, ferramentas, uniformes e EPIs, para a execução de serviços contínuos de manutenção de jardins e áreas correlatas. O escopo abrange todas as etapas essenciais à criação, conservação e desenvolvimento das áreas verdes, incluindo, entre outras atividades: manutenção periódica de plantas internas e externas, podas, adubação, correção de solo e irrigação, controle fitossanitário, substituição de espécies e fornecimento dos insumos necessários. Ressalta-se que as atividades mencionadas têm caráter exemplificativo, não se restringindo outras que se revelem pertinentes à adequada manutenção dos espaços vegetados.

A contratação será realizada mediante a disponibilização de 01 (um) posto de trabalho fixo de Jardineiro – CBO 6220-10, em regime de dedicação exclusiva, nas dependências do TRT da 19ª Região, com fornecimento pela contratada de todos os insumos, ferramentas, uniformes e EPIs necessários.

O quantitativo proposto encontra respaldo na experiência consolidada ao longo da execução do Contrato TRT19 /SJA nº 17/2021, que demonstrou ser a dotação necessária para assegurar a continuidade e a qualidade das atividades de jardinagem, permitindo o atendimento eficiente das edificações situadas tanto na capital quanto no interior, mediante deslocamentos programados e planejados. Ademais, o quantitativo mostra-se tecnicamente adequado frente à área total de 4.147,68 m² a ser atendida, garantindo cobertura suficiente para as demandas de manejo, conservação e suporte operacional exigidas pelo Tribunal.

### 6.2. Regime de Jornada e Atribuições

#### 6.2.1. Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho para o posto de Jardineiro será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, conforme segue:

\* Segunda a quinta-feira: 07h00 às 17h00 (9 horas/dia = 36h)

\* Sexta-feira: 07h00 às 16h00 (8 horas/dia = 8h)

\* Total: 44 horas semanais

\* Intervalo intrajornada: 1 (uma) hora em todos os dias

#### **Observações:**

- Horários compatíveis com o horário de funcionamento do Regional e com os deslocamentos para realização de serviços nas unidades do interior do Estado.
- Possibilidade de alteração conforme conveniência administrativa (mantida a carga horária semanal);

#### **6.2.2. Atribuições do Jardineiro (CBO 6220-10)**

O posto de Jardineiro alocado terá como objetivo a completa execução das atividades de jardinagem, que compreendem, mas não se limitam a:

##### **a) Capina e Limpeza:**

- Zelar pela limpeza do jardim;
- Capina de canteiros e jardineiras;
- Erradicação de ervas daninhas;
- Limpeza de arbustos e áreas verdes;
- Manutenção de áreas adjacentes limpas.

##### **b) Plantio e Replanto:**

- Plantio de novas espécies vegetais;
- Replanto de plantas e mudas;
- Replanto de áreas gramadas;
- Ornamentação dos jardins.

##### **c) Poda e Manutenção:**

- Podas técnicas de árvores e arbustos de pequeno e médio porte;
- Desbrota de plantas;
- Conservação de folhagens;
- Corte periódico de gramados.

##### **d) Adubação e Tratamento:**

- Aplicação de fertilizantes e substratos;
- Promoção de aeração da terra em vasos e jardins;
- Adubação de canteiros, jardins e vasos;
- Diagnóstico e tratamento de pragas e doenças em plantas ornamentais.

##### **e) Irrigação:**

- Irrigação adequada das áreas especificadas;
- Manutenção de sistemas de irrigação quando existentes.

##### **f) Gestão de Resíduos:**

- Coleta e descarte dos resíduos;
- Manter calçadas e áreas adjacentes limpas.

##### **g) Outras Atividades:**

- Manutenção de vasos e floreiras;
- Conservação de jardins, canteiros e plantas;
- Demais atividades correlatas à jardinagem;
- Uso e conservação de equipamentos e ferramentas.

### 6.2.3. Deslocamentos para Unidades do Interior

Em razão da dispersão das unidades do TRT 19 por todo o Estado de Alagoas, o profissional deverá realizar deslocamentos periódicos para as Varas do Trabalho situadas no interior em transporte fornecido pela Administração, nas seguintes localidades:

<b>Localidade</b>	<b>Área de Jardins (m²)</b>	<b>Frequência Estimada</b>
Atalaia	379,27	01 deslocamento/mês
Arapiraca (1ª Vara)	524,64	01 deslocamento/mês
Arapiraca (2ª Vara)	165,60	01 deslocamento/mês
Nova Vara de Arapiraca	1.311,48	01 deslocamentos/mês
Palmeira dos Índios	30,40	01 deslocamento/mês
Penedo	215,34	01 deslocamento/mês
Porto Calvo	330,24	01 deslocamento/mês
São Luiz do Quitunde	110,44	01 deslocamento/mês
São Miguel dos Campos	408,52	01 deslocamento/mês
Santana do Ipanema	-	-
União dos Palmares	332,48	01 deslocamento/mês
<b>TOTAL INTERIOR</b>	<b>3.808,41 m²</b>	<b>10 deslocamentos/mês</b>
<b>Capital (Maceió)</b>	<b>339,27 m²</b>	<b>Manutenção contínua</b>
<b>ÁREA TOTAL GERAL</b>	<b>4.147,68 m²</b>	

--	--	--

#### Disposições sobre Deslocamentos:

- **Quantidade estimada anual:** 120 (cento e vinte) deslocamentos;
- **Transporte:** em veículos do TRT 19;
- **Custo de alimentação:** R\$ 70,00/deslocamento (custo variável), conforme CCT 2026/2026 (doc.34);
- **Pagamento:** apenas pelos deslocamentos efetivamente realizados;
- **Planejamento:** elaborado mensalmente pelo fiscal do contrato;
- **Antecedência:** comunicação prévia à contratada;
- **Valores:** pagos ao funcionário com antecedência mínima de 24 horas;
- **Compensação de horas:** via banco de horas conforme CCT aplicável.

A quantidade de deslocamentos é meramente estimativa, ou seja, poderá não ocorrer exatamente a quantidade prevista durante a execução contratual. Somente serão pagos os valores relativos aos deslocamentos efetivamente requisitados e realizados. Os deslocamentos poderão abranger mais de uma localidade.

#### 6.2.4. Banco de Horas

##### a) Regramento:

Como regra, não deverão ocorrer serviços extraordinários fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, exceto em casos excepcionais, devidamente justificados, garantida a respectiva compensação das horas (banco de horas), observados os limites da legislação trabalhista.

##### b) Feriados:

Os colaboradores têm assegurados os feriados nacionais, estaduais e municipais. No caso dos feriados específicos do Poder Judiciário, esses serão contabilizados no banco de horas, exceto quando houver a necessidade de realização de atividades no Regional. Nessas situações, as horas trabalhadas durante os feriados judiciais serão tratadas como horas normais de trabalho, sem acréscimos ou adicionais.

#### 6.3. Fornecimento de Insumos, Ferramentas, Uniformes e EPIs

A Contratada será integralmente responsável pelo fornecimento contínuo e em quantidade adequada de:

##### 6.3.1. Insumos Agrícolas

Fornecimento conforme necessidade de manutenção periódica, incluindo:

- Grama esmeralda (para reposição);
- Húmus de minhoca;
- Terra preta;
- Fertilizantes e corretivos (NPK (10:10:10) e outros);
- Defensivos ecológicos (quando necessário);
- Mudas e sementes ((quando necessário);
- Demais insumos necessários à jardinagem.

#### Disposições:

- Quantidades estimadas conforme tabela de insumos (Anexo IX (doc. 59 - PROAD 6490/2025);
- Sujeitas a ajustes conforme necessidade;

- Produtos de qualidade, atóxicos e preferencialmente orgânicos;
- Registro em órgãos competentes quando aplicável;

### 6.3.2. Ferramentas

Fornecimento das ferramentas necessárias, em perfeito estado e adequadas às normas de segurança (Anexo VII - doc. 57- PROAD 6490/2025)).

- Carro de mão em aço, com pneu com câmara de ar;
- Tesouras (diversos tipos);
- Enxadas e ancinhos;
- Pás (diversos tipos);
- Mangueiras e regadores;
- Roçadeiras (quando necessário);
- Sopradores (quando necessário);
- Vassoura rastelo (ciscador/ancinho);
- Demais ferramentas necessárias.

### 6.3.3. Uniformes

Fornecimento conforme especificações do Anexo VI (doc. 56 - PROAD 6490/2025):

Item	Descrição	Quantidade anual
01	Calça comprida brim com elástico e cordão	04 unidades
02	Camisa malha fria 100% algodão com emblema	06 unidades
03	Meia em algodão branca	08 pares
04	Crachá	01 unidade
05	Camisa manga longa, com proteção UV, com fator mínimo UFP50+	04 unidades

O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma ao colaborador: no início da execução do contrato, entrega de metade dos itens previstos na planilha de formação de preços /quantitativo de uniformes (Anexo VI), que integra o presente ETP, devendo a outra metade dos itens ser entregue a cada 06 (seis) meses, com exceção do item crachá, que é de entrega única anual, devendo somente ser substituído se apresentar defeito ou desgaste, sem qualquer custo adicional para a contratante ou mesmo para os empregados.

**Disposições:**

- Aprovação prévia pelo fiscal e gestor do contrato;
- Substituição em caso de não conformidade;
- Possibilidade de alterações de tecido, cor e modelo mediante aceite;
- Reposição quando necessário para manutenção das condições de uso;
- Vedação de desconto do empregado;
- Vedação de exigência de devolução de uniformes usados.

**6.3.4. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**

Fornecimento obrigatório conforme NR-6 e NR-21e conforme especificações do Anexo VIII (doc. 58 - PROAD 6490/2025):

Item	Descrição	Quantidade
01	Óculos de proteção	01 unidade
02	Avental de raspa de couro	01 unidade
03	Luva de raspa de couro cano curto	02 pares
04	Botina de segurança em couro com biqueira	01 par
05	Chapéu sombreiro com proteção na cabeça e pescoço	02 unidades
	Protetor solar fator	

06	mínimo de 50 Fps, com 120ml.	12 unidades
----	------------------------------	-------------

#### Disposições:

- Adequação às normas de segurança;
- Aprovação pelo fiscal do contrato;
- Reposição conforme necessidade;
- Fiscalização do uso obrigatório;
- Treinamento sobre uso adequado;
- Substituição imediata em caso de dano.

#### 6.3.5. Identificação

Fornecimento de crachás contendo:

- Foto do funcionário;
- Nome completo;
- Nome da empresa contratada;
- Nome do posto (Jardineiro);
- Nome abreviado para identificação rápida.

#### 6.4. Obrigações Trabalhistas, Fiscais e Mitigação de Riscos

##### 6.4.1. Responsabilidade Integral

A Contratada assumirá **integralmente** todos os encargos:

- Trabalhistas;
- Previdenciários;
- Fiscais;
- Comerciais;
- Resultantes da execução do contrato;
- Sem qualquer vínculo empregatício com o TRT 19.

##### 6.4.2. Conta Depósito Vinculada (Provisão de Encargos Trabalhistas)

#### Fundamento Legal:

- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução CNJ nº 651/2025, que dispõe sobre a retenção de provisões para encargos trabalhistas, previdenciários e demais garantias em contratações administrativas com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Poder Judiciário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### Objetivo:

- Mitigar riscos de responsabilização subsidiária do TRT 19;
- Garantir recursos para pagamento de verbas trabalhistas;
- Assegurar direitos dos empregados alocados.

#### Funcionamento:

- Abertura de conta-depósito vinculada e bloqueada em banco público oficial;

- Depósito mensal pelo TRT 19 de valores contingenciados;
- Rubricas provisionadas:
  - Férias e 1/3 constitucional;
  - 13º salário;
  - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
  - Incidência de encargos previdenciários e FGTS sobre as verbas acima.

#### **Movimentação:**

- Resgate mediante comprovação de pagamento ao empregado;
- Transferência direta para conta do empregado (com autorização do TRT 19);
- Observância à Resolução CNJ nº 651/2025.

#### **Rescisão Contratual:**

- Valores poderão ser utilizados para pagamento de verbas rescisórias;
- Saldo remanescente liberado após comprovação de quitação de obrigações;
- Presença do sindicato da categoria na liberação final (art. 14, Res. CNJ 651/2025).

### **6.5. Fiscalização e Medição de Resultados**

#### **6.5.1. Gestão e Fiscalização**

##### **Equipe:**

- **Gestor do Contrato:** servidor designado pela autoridade competente;
- **Fiscal Técnico:** servidor designado responsável pela qualidade da execução;
- **Fiscal Administrativo:** servidor designado responsável pelas questões administrativas;
- **Fiscais Setoriais:** Diretores de Secretaria (ou assistentes) das Varas do Interior.

#### **6.5.2. Instrumento de Medição de Resultados (IMR)**

Será adotado Instrumento de Medição de Resultados (IMR), na forma a ser definida no Termo de Referência.

#### **6.5.3. Recebimento**

- Recebimento provisório mensal mediante relatório
- Recebimento definitivo ao final de cada período de competência

### **6.6. Requisitos de Segurança**

A execução deverá observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, incluindo:

- a) fornecimento e uso obrigatório de EPIs adequados às atividades de manutenção de áreas verdes;
- b) adoção de práticas seguras no uso de ferramentas, máquinas e equipamentos;
- c) prevenção de riscos ergonômicos, de cortes, quedas e exposição a agentes biológicos.

### **6.7. Requisitos de Produtos e Insumos**

Os produtos, materiais e insumos utilizados nos serviços deverão atender aos seguintes critérios:

- a) adequação técnica e qualidade compatível com as necessidades das espécies vegetais;
- b) substituição, em até 48 horas, de itens com desempenho ou qualidade insatisfatórios, sem ônus adicional;
- c) vedação ao repasse de custos de materiais ou uniformes aos trabalhadores da contratada;
- d) conformidade com normas sanitárias e ambientais aplicáveis;
- e) apresentação de comprovações de adequação às normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR 15.448);
- f) utilização de produtos registrados nos órgãos competentes, quando aplicável.

## 6.8. Requisitos de Execução

A contratada deverá assegurar:

- a) execução das atividades conforme periodicidade e procedimentos definidos no Termo de Referência;
- b) organização das rotinas de trabalho sem prejuízo ao funcionamento das unidades;
- c) continuidade dos serviços, considerando seu caráter continuado e essencial para a preservação das condições adequadas dos ambientes internos e externos do Tribunal.

## 6.9. Requisitos de Equipamentos e Manutenção

6.9.1. A contratada deverá disponibilizar ferramentas e utensílios de jardinagem adequados à execução dos serviços.

6.9.2. As ferramentas e utensílios de jardinagem devem ser substituídos ou reparados sempre que seu estado comprometer a qualidade ou segurança da execução, ou quando seu desempenho ou qualidade sejam insatisfatórios, sem ônus adicional para o contratante.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

### 7.1. Dimensionamento da Demanda e Produtividade

Considerando que o objeto da contratação envolve não apenas a manutenção de jardins externos, mas também o cuidado com plantas ornamentais internas, vasos, floreiras, podas técnicas, adubação, controle fitossanitário, irrigação e demais rotinas especializadas, verifica-se que o dimensionamento do serviço não pode se basear exclusivamente na área física das edificações.

A heterogeneidade das atividades, sua complexidade distinta e a necessidade de execução periódica exigem que o quantitativo seja estimado com base no tempo necessário para realizar cada tarefa, levando em conta a produtividade média dos profissionais, a periodicidade mensal das atividades, o volume total de vasos e plantas, e os deslocamentos entre as unidades atendidas.

Dessa forma, o dimensionamento da equipe de jardinagem é calculado pela soma do tempo estimado das rotinas obrigatórias, resultando no quantitativo de postos de trabalho necessário para garantir a manutenção adequada das áreas verdes e das plantas internas, o que justifica a contratação por posto de trabalho em regime de dedicação exclusiva.

#### 7.1.1. Distribuição das Áreas

Localização	Área de Jardins (m²)	Frequência de Manutenção
Edificações da Capital (Maceió)	339,27 m²	Diária /Semanal (conforme Necessidade)
Varas do Trabalho no Interior	3.808,41 m²	Mensal (via deslocamento programado)

<b>TOTAL</b>	<b>4.147,68</b> <b>m²</b>	-
--------------	------------------------------	---

### 7.1.2. Justificativa do Dimensionamento (01 Posto de 44h Semanais)

A ampliação da jornada do posto de trabalho de jardineiro de 36 (trinta e seis) para 44 (quarenta e quatro) horas semanais mostra-se necessária e conveniente para assegurar a melhor execução dos serviços de jardinagem no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região.

O contrato vigente contempla a manutenção de áreas verdes não apenas das unidades localizadas na capital, mas também das Varas do Trabalho do interior do Estado, o que exige deslocamentos frequentes do profissional para atendimento dessas unidades. Considerando as distâncias envolvidas e as condições de deslocamento, verifica-se que parte significativa da jornada diária é consumida em tempo de trânsito, reduzindo substancialmente o tempo efetivo disponível para a execução dos serviços de jardinagem quando limitada a 7 (sete) horas diárias.

Tal ampliação facilitaria o cumprimento integral das rotinas de manutenção, tais como corte de grama, poda, limpeza de áreas verdes e demais atividades correlatas, especialmente nas unidades do interior, otimizando a regularidade e a qualidade dos serviços prestados.

A adoção da jornada de 44 horas semanais, compatível com o padrão usual do mercado para postos operacionais dessa natureza, permitirá:

- Maior flexibilidade na organização da rotina de trabalho, absorvendo o tempo de deslocamento sem prejuízo da execução dos serviços;
- Melhor atendimento às Varas do interior, garantindo a manutenção adequada das áreas verdes;
- Redução do risco de acúmulo de serviços ou de execução parcial das atividades contratadas;
- Alinhamento do posto de trabalho às práticas correntes do mercado, aumentando a viabilidade e a eficiência da contratação.

Dessa forma, a ampliação da carga horária revela-se medida necessária para otimizar a eficiência e qualidade dos serviços de jardinagem, atendendo ao interesse público e às necessidades operacionais do TRT da 19ª Região, sem alteração do objeto contratual, mas com ajuste quantitativo compatível com a realidade da execução dos serviços.

#### a) Concentração dos Serviços:

- Maior parte do tempo dedicada à manutenção intensiva das áreas da Capital;
- Áreas da Capital (339,27 m²), embora menores, exigem:
  - Presença regular devido à visibilidade;
  - Alto fluxo de pessoas (magistrados, servidores, jurisdicionados);
  - Manutenção preventiva constante;
  - Resposta imediata a demandas.

#### b) Otimização de Deslocamentos:

- Modelo de deslocamentos mensais para o interior;
- Cronograma eficiente de visitas;
- Logística de transporte fornecida pelo TRT 19.

#### c) Natureza do Serviço:

- Jardinagem não exige presença física simultânea de múltiplos profissionais em todas as unidades;

- Um único profissional técnico e dedicado é suficiente;
- Execução ao longo do ciclo mensal de manutenção;
- Conhecimento profundo de todas as áreas atendidas.

#### **d) Experiência do Contrato Anterior:**

- Modelo validado no Contrato TRT19/SJA N° 17/2021;
- Dimensionamento adequado comprovado;
- Atendimento satisfatório de todas as unidades;
- Sistema de deslocamentos logisticamente eficiente.

#### **e) Comparação com Limpeza:**

- Serviço de limpeza: alta produtividade/m², presença em múltiplos locais simultaneamente;
- Serviço de jardinagem: baixa produtividade/m², mas ciclos de manutenção programados (não diários para todas as áreas).

#### **7.2. Estimativa de materiais:**

- **Insumos:** conforme item 6.3.1 (Anexo IX - doc. 59)
- **Ferramentas:** conforme item 6.3.2 (Anexo VII - doc. 57)
- **Uniformes:** conforme item 6.3.3 (Anexo VI - doc. 56)
- **EPIs:** conforme item 6.3.4 (Anexo VIII - doc. 58)

**Observação:** O Termo de Referência exigirá que a Contratada detalhe em sua proposta de preços a composição completa de custos de insumos, ferramentas, uniformes e EPIs, garantindo:

- Uso de materiais de alta qualidade;
- Cumprimento de requisitos de sustentabilidade;
- Produtos atóxicos e preferencialmente orgânicos;
- Conformidade com normas técnicas aplicáveis.

### **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 80.227,67

#### **8.1. Metodologia de Cálculo**

A estimativa de custo preliminar será baseada na **Planilha de Custos e Formação de Preços** do posto de Jardineiro (CBO 6220-10), estruturada conforme:

- Anexo VII-D da IN SEGES/MPDG nº 05/2017;
- Atualizações sob a Lei nº 14.133/2021;
- Complementada pela projeção de custos de insumos, ferramentas, uniformes, EPIs e deslocamentos.

##### **8.1.1. Parâmetros para Formação de Preço**

###### **a) Remuneração (Anexo III- Módulo 1) (doc. 53):**

- Piso salarial da categoria Jardineiro;
- Conforme Convenção Coletiva de Trabalho (CCT SINDLIMP/SEAC-AL 2026/2026 – Doc. 34) vigente em Alagoas;
- Jornada de 44 horas semanais.

###### **b) Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários (Anexo III- Módulo 2) (doc. 53):**

- **Submódulo 2.1:** 13º salário, férias e adicional de férias
- **Submódulo 2.2:** Encargos Sociais e Previdenciários (INSS, Salário-Educação, SAT/FAP, SESC ou Sesi, SENAI-SENAC, SEBRAE, INCRA e FGTS);
- Conforme legislação trabalhista brasileira (CLT e normas correlatas).
- **Submódulo 2.3:** Vale-Transporte (obrigatório); Auxílio-Alimentação e Benefício Social Obreiro (conforme CCT SINDLIMP/SEAC-AL 2026/2026).

**d) Custos Indiretos (Anexo III- Módulo 6) (doc. 53):**

- Custos indiretos;
- Tributos (PIS, COFINS, ISS);
- Lucro esperado pela Contratada;
- Conforme mercado e Caderno Técnico aplicável.

**e) Insumos, Ferramentas, Uniformes e EPIs (Anexos VI, VII, VIII, IX – Docs. 56/59 - PROAD 6490/2025):**

- Custo anual conforme estimativas dos Anexos VI, VII, VIII, IX (docs. 56/59)
- Projeção do custo mensal correspondente (1/12 avos) no Anexo III, Módulo 5 (doc. 53);

**f) Deslocamentos (Custo Variável):**

- Projeção de 120 deslocamentos anuais (Quadro Resumo - Anexo V) (doc. 55);
- Custo unitário de R\$ 70,00/deslocamento sem pernoite (alimentação);
- Pagamento mediante efetiva realização e comprovação;
- Nota Fiscal separada ou discriminada na NF mensal.

**8.2. Estimativa Preliminar de Custo - Quadro Resumo**

**8.2.1. Solução 02 (Recomendada): Posto COM Exclusividade e COM fornecimento dos Insumos (Anexo II – Valor Global Estimado e Anexo III – Planilha de Custos e Formação de Preços, docs. 52 e 53 - PROAD 6490 /2025)**

O valor ora apresentado decorre da planilha de composição de custos constante no doc. 53 e encontra respaldo no quadro comparativo do valor global anual, conforme doc. 52, ambos do PROAD 6490/2025.

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão de obra vinculada à execução contratual (Valor por Empregado)		Valor (R\$)
A	MÓDULO 1 - Composição da REMUNERAÇÃO	1.962,00
B	MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.824,59
C	MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão	121,19
D	MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	124,71
E	MÓDULO 5 - Insumos Diversos	884,07
Subtotal (A+B+C+D+E):		4.916,55
E	MÓDULO 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.705,74
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		6.622,30

ANEXO II			
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO			
Resumo – Valor Fixo dos Postos de Serviços (A)			
Tipo de serviço	Valor proposto por empregado	Qtde de postos	Valor Fixo Mensal dos Serviços
Jardineiro	6.622,30	1	6.622,30
VALOR FIXO MENSAL DOS SERVIÇOS			R\$ 6.622,30
VALOR ANUAL DOS POSTOS DE SERVIÇOS (VALOR MENSAL X 12)			79.467,60
Resumo – Rubricas Variáveis (B)			
Estimativa de Deslocamentos anuais			R\$ 11.314,29
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DOS POSTOS DE SERVIÇOS INCLUINDO AS RUBRICAS VARIÁVEIS (A+B)			90.781,89

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

**9.1.** O objeto da contratação envolve a execução de serviços contínuos de jardinagem, com dedicação exclusiva de um posto de trabalho, associada ao fornecimento integrado de insumos necessários à adequada manutenção das áreas verdes TRT 19.

**9.2.** O parcelamento da contratação seria manifestamente antieconômico e ineficiente pelos seguintes motivos:

### 9.2.1. Impossibilidade de Parcelamento por Divisão do Objeto (Mão de Obra X Insumos)

Em primeiro lugar, a natureza do serviço exige planejamento, execução e controle integrados, uma vez que o jardineiro responsável precisa dispor, de forma imediata e contínua, dos insumos adequados para cada tipo de atividade (adubação, irrigação, correção de solo, poda, controle fitossanitário e substituição de espécimes). A separação acarretaria riscos operacionais relevantes, como atrasos, incompatibilidade de insumos, dificuldades logísticas e perda de eficiência, prejudicando a qualidade do serviço e a preservação das áreas verdes.

Ademais, o fornecimento de insumos está intimamente vinculado ao conhecimento técnico do profissional executante, sendo necessário que materiais e procedimentos estejam alinhados às especificidades de cada espécie e às condições ambientais das áreas atendidas. O parcelamento poderia gerar conflitos de responsabilidades entre fornecedores distintos, dificultando a gestão contratual e a aferição da execução.

Do ponto de vista econômico, a contratação integrada tende a ser mais vantajosa, pois a empresa especializada pode otimizar custos, realizar aquisições em escala e planejar o uso de materiais. O fracionamento resultaria na necessidade de múltiplos contratos, maior esforço de gestão, aumento de custos administrativos e risco de descontinuidade do serviço.

Por fim, o serviço de jardinagem a ser contratado caracteriza-se como serviço contínuo, demandando execução ininterrupta ao longo do contrato. A dissociação de fornecimento e mão de obra comprometeria a continuidade e a padronização, contrariando o princípio da eficiência.

### 9.2.2. Impossibilidade de Parcelamento por Área Geográfica (Capital X Interior)

O parcelamento do objeto entre Capital e interior é técnica, operacional e economicamente inviável, uma vez que a solução contratada prevê apenas um posto de trabalho em dedicação exclusiva capaz de atender todas as áreas por meio de deslocamentos programados, conforme as razões abaixo:

**a) Perda de economia de escala e princípio da economicidade** — A separação forçaria a celebração de dois contratos para um único posto, promovendo duplicação de custos administrativos, de gestão e de fiscalização e perda de ganhos de escala na aquisição de insumos, o que violaria o princípio da economicidade.

**b) Inviabilidade operacional** — A contratação de jardineiros exclusivos e separados para Capital e Interior geraria redundância e subutilização (profissional da Capital ocioso em semanas de baixa demanda; profissional do Interior com demanda esparsa), ineficiência por baixa frequência de manutenção e descoordenação operacional, acarretando desperdício de recursos e perda da visão integrada das áreas verdes do Tribunal.

**c) Adequação à dispersão geográfica** — A dispersão das unidades do interior é atendida de forma eficiente por um único profissional com roteiro mensal programado; a logística de transporte disponibilizada pelo TRT-19 viabiliza os deslocamentos. O posto único permite que o profissional adquira conhecimento integral das áreas (capital e interior), assegurando uniformidade técnica e padrão de manutenção.

**d) Risco de descontinuidade e complexidade contratual** — Multiplicar contratos aumenta a complexidade administrativa e eleva o risco de descontinuidade caso haja falha em uma das contratadas, além de dificultar a coordenação entre empresas e comprometer sinergias operacionais.

**e) Validação pela experiência anterior** — O modelo unificado já foi adotado no Contrato TRT19/SJA nº 17 /2021, cujos resultados satisfatórios comprovam a adequação do posto único para atendimento integrado de Capital e interior.

**9.3. Conclusão:** O agrupamento da necessidade em um único contrato e em um único posto de trabalho com dedicação exclusiva e fornecimento integrado de insumos e equipamentos, é a solução que melhor atende ao interesse público, garantindo:

- Especialização do profissional;
- Coordenação e integração operacional;
- Eficiência na prestação do serviço;
- Economicidade global;
- Simplificação da gestão e fiscalização;
- Continuidade e qualidade asseguradas.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido, visto que a mão de obra, os insumos e equipamentos utilizados no serviço serão fornecidos pela empresa contratada.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A demanda encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico do TRT da 19ª Região, no âmbito da perspectiva “Sociedade” e objetivo estratégico “promover o trabalho decente e a sustentabilidade”, com impacto no objetivo estratégico “Promoção de ambientes de trabalho seguros e protegidos por meio de uma gestão eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos”.

Os recursos para a contratação estão previstos no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, sob o código 7308.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

### **12.1. Benefícios Diretos**

A contratação gera benefícios diretos que incidem de forma imediata sobre a execução do objeto e sobre a operação diária do Tribunal. A integridade patrimonial é fortalecida por meio da manutenção preventiva das áreas verdes, que evita danos às edificações, protege sistemas de drenagem e calçadas e contribui para o prolongamento da vida útil dos imóveis da União. Também há ganhos significativos em salubridade e segurança ambiental, com a redução de pragas, vetores e animais peçonhentos, assegurando condições sanitárias adequadas e maior segurança a servidores, magistrados e jurisdicionados.

Outro benefício direto é que a utilização de mão de obra especializada (CBO 6220-10) aliada ao regime de dedicação exclusiva, assegura técnicas corretas de jardinagem, maior conhecimento das áreas atendidas e padrão de qualidade superior ao da execução direta ou por demanda. Soma-se a isso a regularidade e previsibilidade das rotinas de manutenção, com atendimento contínuo das áreas da capital e visitas mensais programadas às unidades do interior, eliminando riscos de descontinuidade. Por fim, a contratação integrada garante economicidade, ao proporcionar melhor relação custo-benefício, economia de escala na aquisição de insumos, redução de custos administrativos ocultos e diminuição de desperdícios e retrabalhos.

### **12.2. Benefícios Indiretos**

Além dos resultados imediatos, a contratação produz benefícios indiretos que ampliam o impacto positivo da solução sobre a instituição e seu ambiente organizacional. Há expressiva melhoria da imagem institucional, pois áreas externas cuidadas demonstram zelo pela coisa pública, reforçando a credibilidade do Tribunal perante jurisdicionados e sociedade. O cuidado com as áreas verdes também contribui para o conforto e a qualidade de vida, promovendo ambientes mais agradáveis, impactando positivamente o clima organizacional, favorecendo a saúde mental e aumentando a produtividade de servidores e magistrados.

A valorização patrimonial é outro efeito indireto relevante, já que imóveis bem conservados mantêm seu valor, evitam depreciação acelerada e reduzem custos futuros com reformas e reparos estruturais. A contratação também fortalece as práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, ao permitir o uso racional de recursos, a gestão adequada de resíduos e o alinhamento às diretrizes nacionais de sustentabilidade. Além disso, a adoção da Conta Depósito Vinculada reduz substancialmente o risco de responsabilização subsidiária, protegendo o Tribunal contra passivos trabalhistas e assegurando o cumprimento das obrigações legais pela contratada. Por fim, a solução simplifica rotinas internas e aumenta a eficiência operacional, ao reduzir a carga administrativa relacionada à gestão do contrato e melhorar o controle de qualidade.

### **13. Providências a serem Adotadas**

Não foram identificadas necessidades relevantes de adequação de infraestrutura tecnológica; instalações elétricas, logística de instalação, espaço físico e mobiliário.

A execução do serviço ocorrerá predominantemente em áreas externas e já está amparada pela estrutura logística existente do Tribunal (veículos para transporte do profissional ao interior).

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

#### **14.1. Identificação de Potenciais Impactos Negativos**

Embora a atividade de jardinagem seja essencialmente voltada ao cuidado com o meio ambiente, sua execução pode gerar impactos negativos que precisam ser devidamente identificados e mitigados.

Entre os potenciais riscos, destaca-se o uso inadequado de pesticidas, herbicidas e defensivos químicos, que pode provocar contaminação do solo e do lençol freático, além de representar ameaça à saúde humana e à fauna local.

Há também a geração significativa de resíduos vegetais provenientes de podas, capinas e remoção de folhagens, bem como de resíduos inorgânicos oriundos de embalagens de insumos, cuja destinação inadequada pode gerar poluição.

O consumo de água é outro ponto sensível, uma vez que técnicas inadequadas de irrigação podem causar desperdício e agravar impactos em períodos de escassez hídrica.

Além disso, o uso de equipamentos motorizados demanda energia e, quando à combustão, resulta em emissões atmosféricas.

Por fim, a execução não criteriosa de atividades de jardinagem pode levar à perda de biodiversidade, por meio da remoção indevida de espécies nativas ou substituição por plantas exóticas sem fundamentos técnicos.

#### **14.2. Medidas Mitigadoras e Práticas Sustentáveis**

Para mitigar potenciais impactos negativos, a contratação estabelece um conjunto de práticas sustentáveis e exigências técnicas que orientarão a atuação da empresa contratada.

A gestão responsável de insumos será assegurada pela preferência por fertilizantes orgânicos, produtos atóxicos e biodegradáveis, sempre com registro nos órgãos competentes e em conformidade com a ABNT NBR 15.448.

O uso racional de água será promovido por meio da adoção de técnicas de irrigação eficiente, como sistemas de gotejamento ou microaspersão quando viáveis, bem como pela realização da irrigação em horários de menor evaporação, sob monitoramento do fiscal do contrato.

Em relação à energia, serão priorizados equipamentos eficientes e submetidos a manutenção preventiva, reduzindo tanto o consumo quanto as emissões. Por fim, a preservação da biodiversidade será assegurada pela priorização de espécies nativas ou adaptadas ao clima local, pela promoção da diversidade vegetal, pela proteção de exemplares de valor ecológico ou paisagístico e pelo suporte de profissional habilitado para diagnóstico e orientação técnica.

Esse conjunto de medidas garante que a atividade de jardinagem seja conduzida de maneira ambientalmente responsável, reduzindo riscos e alinhando o Tribunal a práticas modernas de sustentabilidade e gestão ambiental.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

15.1.1 Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, considerando a necessidade, decorrente da proximidade do encerramento do contrato atual e da impossibilidade de prorrogação ordinária, além de atender adequadamente às demandas deste Tribunal, sendo os benefícios a serem alcançados adequados, com custos compatíveis e caracterizados com economicidade, os riscos envolvidos são administráveis.

15.1.2. Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

## **16. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**AIDA RACHEL TAVARES CAVALCANTI ROSSITER**

Equipe de Planejamento da Contratação

**RENALDO JOAQUIM PEREIRA**

Equipe de Planejamento da Contratação

**ANNE CAROLINE PEDROSA BRASIL CAMELO**

Equipe de Planejamento da Contratação

**NHIRLEY MAILY MARTINS MELO**

Equipe de Planejamento da Contratação